

COMUNICAÇÕES

IDENTIDADE ÉTNICA E SOBREVIVÊNCIA (*)

A cultura material dos índios do Brasil, por estar ligada ao uso de técnicas e de matérias primas típicas de sociedades não industriais, constitui um dos aspectos mais evidentes para definir o índio como portador de uma cultura própria. Cada sociedade indígena produz formas artísticas diversificadas que reproduzem estilos representativos de seu sistema cultural.

As mudanças decorrentes do contato entre estas sociedades tribais, hoje não mais isoladas, e a sociedade nacional refletem-se na sua cultura material, modificando sempre, destruindo às vezes as formas de produção artística. Estes contatos têm favorecido o desenvolvimento de um artesanato comercial bem aceito pelo grande público, menosprezado em outros meios por não mais corresponder aos padrões tradicionais da cultura indígena, ou porque apresenta, na maioria dos casos, uma perda indisfarçável de qualidade.

A produção de artefatos destinados à comercialização, diferenciados dos objetos de uso dentro da sociedade produtora, não é um fato novo característico de nossa época. Já nos séculos XVIII e XIX, os índios da Amazônia produziam artefatos destinados ao comércio regional e objetos para venda, ao gosto dos colecionadores e viajantes europeus.

Os objetos expostos nesta mostra vêm ilustrar o recente florescimento deste tipo de artesanato. Novas formas de inspiração, novos materiais, bem como a conjuntura do mercado vieram renovar ou modificar os padrões antigos, contrastando com o pressuposto conservadorismo das artes indígenas; inovações estas que, quando inspiradas nos moldes tradicionais, dão continuidade à grande diversidade estilística encontrada nas produções dos índios do Brasil.

A evolução da cultura material dos índios brasileiros foi dominada por vários fatores: o primeiro, ligado à degradação do meio ambiente e conseqüente esgotamento das matérias primas tradicionalmente usadas para confeccionar os artefatos. Paralelamente, intervém a introdução de técnicas e materiais novos: utensílios de ferro,

(*) — Exposição promovida pela Associação Brasileira de Antropologia, com a colaboração do Museu Plínio Ayrosa e patrocínio do CNPq, por ocasião da XIII Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo, de 5 a 7 de abril de 1982. Esta exposição reuniu artefatos dos Asuriní, Caduveu, Carajá, Guaraní, Krahó, Munduruku, Nambikwara, Tiriyo, Waura, Wayana-Aparai, Xavante, Xikrin e índios do Xingu.

fios e linhas industrializados, tinturas químicas, são hoje utilizados pelos artesãos, possibilitando geralmente a produção de objetos em maior escala. Estas mudanças não descaracterizam em si a arte tribal, enquanto são preservados os critérios estéticos genuinamente valorizados pelas sociedades indígenas.

Outro fator que veio modificar mais radicalmente a arte indígena é a produção de um artesanato totalmente comercial: quando o objeto deixa de ser funcional na sociedade que o produziu e quando sua confecção responde essencialmente a estímulos do mercado e não mais a critérios de apreciação internos. O desenvolvimento de um mercado para as artes exóticas teve como consequência o aparecimento de muitos artefatos estereotipados, com traços selecionados "como sendo de índio" pelo mundo de fora. São o resultado do desinteresse e desestímulo cultural ao qual estão submetidos os povos indígenas.

Não é pelo saudosismo de uma arte tradicional fictícia que os índios poderiam voltar a produzir expressões artísticas mais autênticas. Para tanto, falta proporcionar-lhes meios de expressar sua cultura de maneira independente. Grande parte das artes tribais reduz-se, hoje, a um meio de sobrevivência, enquanto as lojas que comercializam artesanatos usam de meios cada vez mais sofisticados para vender no mercado interno e externo uma imagem folclórica do índio brasileiro.

Via de regra, lucros altíssimos são obtidos no processo de comercialização dos produtos da arte indígena junto aos centros urbanos. Não apenas os artefatos em si mesmos têm sido absorvidos como também padrões e motivos estéticos têm sido apropriados à revelia de seus criadores. Na maior parte dos casos, o controle desse processo escapa aos índios, que costumam receber quantias quase simbólicas por seu trabalho.

O modo como se dá a comercialização desses produtos contrasta fortemente com as condições da produção dos objetos da arte indígena. Estas se definem pelos padrões de igualdade característicos das sociedades indígenas: garante-se, a cada um de seus membros, igual acesso às matérias primas, ao conhecimento das técnicas básicas de confecção e liberdade para dispor de seu tempo. Assim, cada um é dono de seu trabalho e de seu tempo.

Se, por um lado, a incorporação forçada e inexorável dos povos indígenas à sociedade nacional e a ocupação desenfreada de seus territórios impõem limites e obrigam a adaptações em seu estilo de vida tradicional, por outro lado, os povos indígenas têm sistematicamente reagido a essa situação. Assim, algumas das fotos e peças aqui expostas demonstram que elementos da realidade imposta pelo contato são retrabalhados e reinterpretados pelos índios que, nesse processo, lhes atribuem novos significados.

Claro está, portanto, que o direito de julgar a autenticidade de um objeto qualquer de cultura material cabe exclusivamente a cada um dos povos indígenas, conhecedores de sua própria história e das alternativas reais de sobrevivência que lhe restaram. Diante da realidade irremediável do contato, cada povo deve ter assegurada a liberdade de orientar seu próprio destino e escolher os rumos a seguir.

É por isso que a Associação Brasileira de Antropologia repudia a elaboração de "Indicadores de Indianidade" por meio dos quais não-índios dão-se o direito de julgar a "autenticidade" da identidade indígena de povos que foram historicamente submetidos ao contato e forçados a adaptações como estratégia única de sobrevivência.

Depois de séculos de opressão, não reconhecer como indígenas populações — que heroicamente sobreviveram — por não satisfazerem uma imagem estereotipada de "índio" é, no mínimo, injusto e inaceitável. Não impossível, porém: foi o que efetivamente ocorreu aos índios Tingui que, para serem reconhecidos pela FUNAI, tiveram que fantasiar-se de "índios". Era a única maneira de garantir que seus direitos enquanto povo indígena fôssem considerados.

ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM:

Alba Figueroa, Aracy Lopes da Silva, Dominique Gallois e Ricardo Mendes.

COLABORAÇÃO (CESSÃO DE FOTOS E OBJETOS):

Claudia Andujar, Irene Fontana, Lúcia Hussak Van Velthem, Lux Vidal, Paulo Serpa, Renate Viertler, Rosa Penna, Rosaly Bufs Chevalier, Vera Penteado Coelho, Zélia Serra, Comissão Pró-Índio/SP, Arquivo do "Levantamento: Situação Atual das Populações Indígenas no Brasil"/CEDI.